

Leis



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

LEI MUNICIPAL Nº 2.565 DE 03 DE JUNHO DE 2019.

Autoriza a Autarquia Municipal SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, do Município de Valença, Bahia, através da Diretora, a constituir parcelamento de débito, em que seja credora a Autarquia Municipal, SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Valença, cujos valores estejam inscritos em dívida ativa ou não, até 31 de dezembro de 2018 e, dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VALENÇA, Estado da Bahia:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a Autarquia Municipal, SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Valença, através da Diretora, a constituir parcelamento de débito, em que seja credora a Autarquia Municipal SAAE, cujos valores estejam inscritos em dívida ativa ou não, até 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º - A formalização da opção pelos benefícios de que trata esta Lei será disciplinada em Regulamento.

§ 1º - É requisito indispensável à formalização referida no caput deste artigo, a entrega, pelo contribuinte:

- I. Do comprovante de protocolo da renúncia ao direito sobre o qual se funda a demanda ou recurso administrativo ou judicial, relativamente a débitos fiscais sujeitos à consolidação de que trata o art. 6º desta Lei;
- II. Do pagamento de honorários, despesas e custas judiciais respectivas, quando for o caso.

Art. 3º - O REFIS SAAE 2019 abrange os créditos fiscais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Valença - SAAE, constituídos até 31 de dezembro de 2018, que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontrem com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser renegociados nos termos desta Lei, nos montantes dos saldos restantes para pagamento.

Art. 4º - Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais, poderão aderir ao REFIS 2019, no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento.

Art. 5º - Os créditos tributários regularizados através do REFIS SAAE 2019 poderão ser pagos em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a redução de juros e multas moratórias provenientes de acréscimos legais no pagamento de débitos tributários e não tributários para com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Valença – SAAE, vencidos até a data da assinatura do termo de acordo, atualizados monetariamente, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, após a consolidação da dívida, desde que pagos em moeda corrente, observados os seguintes percentuais e prazos:

- I. Em parcela única, até 100%;
- II. Em até 03 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com redução de 80%;
- III. De 04 até 06 (seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com redução de 70%;
- IV. De 07 (sete) a 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com redução de 60%.
- V. De 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com redução de 50%;
- VI. De 25 (vinte e cinco) a 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com redução de 30%;

Art. 7º - O valor mínimo das parcelas será:

- I. R\$ 40,00 (quarenta reais) para pessoa física.
- II. R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 8º - O inadimplemento de 02 (duas) parcelas consecutivas do ajustamento para pagamento parcelado importará na perda do benefício instituído por esta Lei, prosseguindo-se a cobrança pelo débito tarifário original, compensados os valores pagos até a data do cancelamento; e deverá ser:

- I. Inscrita em Dívida Ativa e iniciada a cobrança amigável;
- II. Cobrada judicialmente, se o crédito tributário já estiver inscrito em Dívida Ativa;
- III. Prosseguindo-se na execução.

Art. 9º - Para os fins desta Lei, os débitos tributários serão consolidados na data do requerimento de ingresso no programa, compreendendo o valor originário do tributo, atualização monetária multa e juros de mora na forma da legislação pertinente e devem abranger todos existentes em nome do contribuinte, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.

§ 1º - Se apurados em ato de ofício, os débitos são acrescidos dos valores de multa por infração.

§ 2º - Os débitos cuja exigibilidade esteja suspensa em razão do disposto no art. 151, incisos II a V da Lei 5.172/66 e em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora de bens ou direitos, só poderão ser incluídos na consolidação a que se refere o caput, se o contribuinte comprovar a manifestação de desistência das reclamações e recursos na via administrativa ou na via judicial ou em ambas, se for o caso.

Art. 10 - O ingresso no REFIS SAAE 2019, dar-se-á por opção do contribuinte em débito com o fisco municipal, seja pessoa física ou jurídica, que a partir da formalização da opção fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento descrito no artigo anterior.

Art. 11 - A opção do contribuinte pelos benefícios concedidos por esta Lei implicará:

- I. Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos fiscais abrangidos pelo programa;
- II. Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e no respectivo Regulamento;
- III. Cumprimento regular das parcelas do débito consolidado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Parágrafo Único - A opção pelo REFIS SAAE 2019, exclui qualquer outra forma de parcelamento antes efetuado pelo contribuinte, seja administrativo ou judicial, de acordo com o montante faltante para pagamento, ressalvadas as parcelas já pagas.

Art. 12 - Efetuada a opção pelo REFIS SAAE 2019, o contribuinte beneficiado fica impedido de celebrar novo parcelamento administrativo até a total quitação das parcelas assumidas no programa.

Art. 13 - Em caso de débito parcelado pelo REFIS SAAE 2019, o atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas sucessivas ou 03 (três) alternadas implicará no cancelamento automático do parcelamento e na perda dos benefícios fiscais dispostos no art. 7º, desta Lei, restabelecendo os valores e condições anteriores ao parcelamento, deduzindo-se os valores pagos até a data do cancelamento.

§ 1º - O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas, ou ainda, na inscrição em dívida ativa, caso ainda não tenha sido feito, dentre outras.

§ 2º - O atraso no pagamento das parcelas constituirá o contribuinte em mora, incidindo os acréscimos previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 14 - Havendo a opção do contribuinte pelo REFIS SAAE 2019, não lhe serão devidos direitos à restituição ou compensação de qualquer importância paga, de qualquer natureza, sendo que seus efeitos não retroagirão em nenhuma hipótese.

Art. 15 - Os débitos fiscais consolidados através do REFIS SAAE 2019, serão recolhidos ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Valença – SAAE, através de boleto de cobrança bancária, a ser emitido pela própria Autarquia, após a assinatura, por parte do contribuinte, do Termo de Adesão ao Programa.

Art. 16 - As despesas decorrentes da execução do programa REFIS SAAE 2019, serão suportadas por dotações orçamentárias da própria Autarquia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 17 - Fica autorizada a Procuradoria Jurídica do SAAE a requerer, nos processos de Execução Fiscal em andamento, com valor principal de até R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), o arquivamento do processo, com a baixa da distribuição.

§ 1º - Em se tratando de processos de execução fiscal em andamento com valor principal superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), será requerido o arquivamento sem a baixa na distribuição.

§ 2º - A autorização de que trata o caput deste artigo, não impede que a Fazenda Pública busque outros meios de natureza administrativa, com o objetivo de recuperar seu crédito, independente dos valores, tanto principal, quanto acessórios.

Art. 18 - O Poder Executivo Municipal expedirá Decreto de Regulamentação, para fiel execução desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de sua publicação.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogada através de Decreto Municipal, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VALENÇA, em 03 de junho de 2019..

RICARDO SILVA MOURA
PREFEITO MUNICIPAL